

Termo de Referência 26/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2023	533013-SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	ADMILSON FERNANDO DE OLIVEIRA MONTEIRO	19/09/2023 15:27 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		59004.000489/2023-27

1. OBJETO

1.1. Serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como especial dada a sua alta heterogeneidade e complexidade, cujos padrões de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente descritos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. ANTECEDENTES

2.1. O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que em seu artigo 20, §6º, prevê a contratação pela SUDAM e pagamento pelo BASA, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo.

2.2. O citado dispositivo foi normatizado pela Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905 /2022, que prevê o desenvolvimento de atividades de avaliação em ciclos avaliativos de dois anos, sendo o primeiro ciclo referente aos anos de 2023 e 2024.

2.3. A avaliação dos impactos gerados a partir da aplicação dos recursos do FNO é necessária para validar a importância desse instrumento de política pública que já possui mais de 30 anos, bem como corrigir possíveis desvios e implementar medidas de ajuste que tornem as aplicações mais eficientes, eficazes e efetivas visando o desenvolvimento econômico e a melhoria do bem estar dos cidadãos da Região Norte.

2.4. Desse modo, para dar cumprimento às disposições da Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022, a SUDAM necessita contratar instituição, empresa ou profissional técnico

especializado que seja capaz de realizar os projetos de avaliação que constituem o Plano de Trabalho definido para o primeiro ciclo avaliativo 2023-2024.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O FNO é um dos instrumentos da SUDAM, na forma inciso I, artigo 5º da Lei Complementar nº 124/2007, além de se configurar também como um instrumento para operacionalização na Região Norte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA.

3.2. A contratação objeto deste Termo de Referência visa atender ao dispositivo legal previsto na Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, qual seja, o § 6º do artigo 20.

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas Superintendências Regionais de Desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelos respectivos Fundos. (Redação dada pela Lei nº 13.682, de 2018).

§ 6º Do montante de recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 6º desta Lei, será destinada anualmente a parcela de até 0,01% (um centésimo por cento) para contratação pelas respectivas superintendências de desenvolvimento regional, e pagamento pelo banco administrador do respectivo Fundo, de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos, de forma a permitir a aferição da eficácia, da eficiência e da efetividade desses recursos, de acordo com as diretrizes definidas conjuntamente pelo Ministério da Economia e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a ser descontada de cada Fundo Constitucional de Financiamento na proporção definida no parágrafo único do referido art. 6º. (Redação dada pela Lei nº 14.227, de 2021)

3.3. Segundo a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022 (que regulamentou o dispositivo legal acima transcrito), o primeiro ciclo avaliativo compreende os anos de 2023 e 2024. A partir de então a cada dois anos inicia-se um novo ciclo avaliativo. Todas as contratações de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO serão realizadas pela SUDAM e pagas pelo Banco da Amazônia S.A., na qualidade de banco administrador do Fundo.

3.4. A contratação consta do plano de contratações anual da SUDAM referente a 2023, após inclusão aprovada pela autoridade competente, considerando a necessidade de atendimento à Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022, estando também alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024 da SUDAM, especificamente com os seguintes objetivos estratégicos: "Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da SUDAM"; e "Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público".

3.5. A avaliação objeto deste Termo de Referência visa quantificar e qualificar a aplicação dos recursos do FNO, indicando possíveis desvios em seu direcionamento e a adoção de ações corretivas para atender seu público-alvo, cumprindo os objetivos do Fundo e, em última análise, da política pública direcionada à redução das desigualdades regionais.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Este Termo de Referência visa à contratação de serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO, que deverá ser orientada

pelos seguintes projetos de avaliação componentes do Plano de Trabalho aprovado pela SUDAM para o ciclo avaliativo 2023-2024:

4.2. Projeto de Avaliação I - Pretende-se avaliar os impactos do FNO a partir de variáveis econômicas como PIB, PIB per capita, emprego e variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza, apresentadas de forma setorializada e em diversas escalas territoriais, sejam elas: estadual, microrregional e municipal.

4.3. Projeto de Avaliação II - Pretende-se avaliar a eficiência, eficácia e efetividade e retorno econômico e social decorrentes da aplicação de recursos do FNO, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

4.4. Em ambos os projetos, pretende-se conhecer a fundamentação da teoria econômica para a implementação de políticas de desenvolvimento regional com o uso de instrumentos de fomento ao setor produtivo, identificando-se as evidências consolidadas na literatura nacional e internacional. Busca-se ainda compreender o panorama socioeconômico dos setores analisados no contexto dos Estados que constituirão o escopo do estudo, os desafios e oportunidades, a fim de subsidiar o direcionamento dos recursos do FNO.

4.5. A partir das inferências realizadas, almeja-se que a avaliação, no que for possível, aponte as fragilidades na formulação, coordenação e/ou execução do instrumento e apresente sugestões para aperfeiçoamento do FNO e o alcance dos seus objetivos, definidos na legislação (Lei nº 7.827/1989 e Decreto nº 9.810/2019).

4.6. Além disso, é objetivo da Sudam a capacitação dos seus servidores por meio da demonstração e transferência de conhecimento pela contratada das metodologias utilizadas, bem como das rotinas de programação implementadas em *software* estatístico relativas à estruturação das bases de dados, à análise descritiva dos dados e à aplicação dos métodos para avaliação dos resultados do FNO.

4.7. Com relação à avaliação de impacto econômico e social do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte nos setores agropecuário, indústria e serviços no Estado do Tocantins (Projeto de Avaliação I), busca-se, de forma específica, entre outros:

- i. 1. discutir o contexto geral do planejamento das políticas com direcionamento espacial de recursos como forma de estimular a economia regional para o caso brasileiro; e descrever e apontar o papel do planejamento do FNO para o caso específico do Estado do Tocantins, um espaço que se tornou, nas últimas décadas, uma fronteira de expansão do capital, particularmente nos setores agropecuário, industrial e de serviços;
- ii. 2. analisar descritivamente o desempenho do FNO no Estado do Tocantins, considerando pelo menos os últimos 5 anos;
- iii. 3. estratificar as aplicações do FNO no Estado do Tocantins, por setor da atividade econômica, divisão territorial e tipologias da PNDR;
- iv. 4. avaliar o Impacto Econômico e Social no Estado do Tocantins das aplicações do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços, considerando pelo menos os últimos 5 anos;
- v. 5. avaliar qualitativamente o FNO no Estado do Tocantins, envolvendo coleta de dados para captar a percepção dos agentes envolvidos, por meio de entrevistas, para complementação das análises descritivas e quantitativas dos objetivos anteriores, especialmente quanto à natureza institucional e o levantamento das relações e interesses concorrentes na implementação do FNO no Estado nos setores agropecuário, industrial e de serviços;

- vi. 6. apresentar propostas de intervenção no programa fins de potencializar os impactos das aplicações do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços.

4.8. No que se refere à avaliação da eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social da aplicação dos recursos do FNO, no setor agropecuário para os Estados do Pará, Rondônia e Acre (Projeto de Avaliação II), busca-se responder, de forma específica, entre outros:

- i. 1. elaborar o referencial teórico sobre políticas regionais como instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico local e de redução das desigualdades regionais, com ênfase em fundos de financiamento como instrumento para o desenvolvimento produtivo, com exaustiva revisão da literatura econômica nacional e internacional sobre os efeitos do crédito subsidiado sobre a agropecuária;
- ii. 2. construir diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos, com recortes municipal, meso e micro-regional, estadual e regional. Deve-se procurar estabelecer os motivos que levaram à forte expansão do setor agropecuário observada nos últimos anos;
- iii. 3. avaliar a eficiência econômica da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário, para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;
- iv. 4. avaliar a eficácia da aplicação dos recursos do FNO sobre o desenvolvimento do setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos, em especial sobre as dimensões de emprego e renda;
- v. 5. avaliar a efetividade e o retorno econômico-social da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos;
- vi. 6. apresentar propostas de intervenção no programa fins de potencializar os impactos das aplicações do FNO no setor e nos Estados analisados.

5. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPERADOS

5.1. Projeto de Avaliação I - Avaliação de impacto econômico e social do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte nos setores agropecuário, indústria e serviços no Estado do Tocantins.

5.1.1. Objetivo geral: Pretende-se avaliar os impactos do FNO a partir de variáveis econômicas como PIB, PIB per capita, e emprego e variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza, apresentadas de forma setorializada e em diversas escalas territoriais, sejam elas: estadual, microrregional e municipal.

Produto I.1 - Avaliação analítica descritiva da alocação dos recursos do FNO no Estado do Tocantins;

Produto I.2 - Avaliação de Impacto Econômico e Social das aplicações do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços;

Produto I.3 – Avaliação qualitativa do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços;

Produto I.4 – Workshop.

Estruturados da seguinte forma:

Produtos relacionados ao Projeto de Avaliação I		Descrição do Conteúdo
Produto I.1 - Avaliação analítica-descritiva da alocação dos recursos do FNO no Estado do Tocantins.	Relatório parcial I. 1.1	Relatório contendo uma revisão da literatura sobre: <ul style="list-style-type: none"> i. 1. o contexto geral do planejamento das políticas com direcionamento espacial de recursos como forma de estimular a economia regional para o caso brasileiro; e ii. 2. descrição e apontamento do papel do planejamento do FNO para o caso específico do Estado do Tocantins, um espaço que se tornou, nas últimas décadas, uma fronteira de expansão do capital, particularmente nos setores agropecuário, industrial e de serviços.
	Relatório parcial I. 1.2	Relatório detalhado contendo: <ul style="list-style-type: none"> i. 1. análise descritiva do desempenho do FNO no Estado do Tocantins; ii. 2. estratificação das aplicações do FNO no Estado do Tocantins, por setor da atividade econômica, divisão territorial e tipologias da PNDR; <p>Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.</p>
	Relatório final I.1.3	Relatório detalhado contendo uma síntese dos relatórios parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação: <ul style="list-style-type: none"> i. 1. a distribuição espacial dos recursos do FNO está aderente às prioridades setoriais e espaciais dos mecanismos de planejamento do FNO? Entende-se como mecanismos de planejamento: Diretrizes e Orientações gerais; Diretrizes e Prioridades; PNDR; PRDA; ii. 2. Sugestões de propostas de intervenção nos mecanismos de planejamento, com a finalidade de potencializar seus resultados, considerando os setores pesquisados. <p>Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados.</p>

Produto I.2 - Avaliação de impacto econômico e social das aplicações do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços.	Relatório parcial I. 2.1	Relatório contendo a descrição da metodologia a ser utilizada para mensuração de impacto da aplicação dos recursos do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços, com a definição das variáveis que estejam correlacionadas e a definição de grupo de tratamento e de controle ou contrafactual.
	Relatório parcial I. 2.2	<p>Relatório contendo os resultados da avaliação de impacto das aplicações do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços sobre o desempenho das empresas tomadoras, em relação ao PIB, PIB Per capita, número de empregos gerados, remuneração dos trabalhadores e, variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza. A partir dos resultados, buscar também inferir sobre as atividades econômicas que apresentaram os melhores desempenhos em relação às aplicações dos recursos do FNO.</p> <p>Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em <i>software</i> estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de impacto.</p> <p>Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.</p>
	Relatório final I.2.3	<p>Relatório detalhado contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. 1. o FNO tem sido eficaz e eficiente no crescimento dos setores agropecuário, industrial e de serviços no TO?; ii. 2. qual o impacto dos setores beneficiados sobre o desenvolvimento do Tocantins?; e iii. 3. sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional. <p>Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados</p>
		Relatório contendo a descrição da metodologia a ser utilizada, a seleção dos entrevistados, as perguntas dos questionários a serem realizadas envolvendo temas como características dos financiamentos a distribuição para a

Produto I.3 - Avaliação qualitativa do FNO nos setores agropecuário, industrial e de serviços.	Relatório parcial I. 3.1	<p>concessão de empréstimos, inadimplência e a relação com as demais instituições envolvidas na execução do FNO no Tocantins, motivações para tomada de empréstimos, decisões locacionais, entraves e problemas para o desenvolvimento dos negócios, fornecedores, mercados consumidores e de insumos, instrumentos de apoio à atração de estaduais, regionais e municipais que se relacionem ou impactem a distribuição dos recursos do FNO, dentre outras. A seleção dos entrevistados deverá constituir uma amostra representativa das empresas tomadoras do FNO no Estado do Tocantins, de acordo com as tipologias da PNDR, englobando, no mínimo, os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi. Deverão ser entrevistados também gerentes das agências do Banco da Amazônia S.A. ou de outra instituição financeira que opere com recursos do FNO.</p> <p>Devem ser encaminhados os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.</p>
	Relatório parcial I. 3.2	<p>Relatório contendo os resultados da avaliação qualitativa do FNO, com demonstração das ideias centrais coletadas para cada um dos temas questionados.</p> <p>Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.</p>
	Relatório final I.3.3	<p>Relatório detalhado contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. 1. qual a percepção dos tomadores de crédito após o acesso aos recursos do FNO? ii. 2. qual a percepção sobre a melhoria de vida após a tomada de crédito pelo FNO? iii. 3. sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional. <p>Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados</p>
Produto I.4 - Workshop virtual		Reuniões virtuais para a transferência de conhecimento das rotinas de programação implementadas em <i>software</i>

	estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação dos métodos de avaliação utilizados durante todo o trabalho.
--	--

A consultoria contratada deve realizar reuniões mensais de acompanhamento do avanço do trabalho com a equipe da Sudam.

5.2. Projeto de Avaliação II - Avaliação da eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social da aplicação dos recursos do FNO, no setor agropecuário para os Estados do Pará, Rondônia e Acre.

5.2.1. Objetivo geral: Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade e retorno econômico e social decorrentes da aplicação de recursos do FNO, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

Produto II.1 – Elaboração de referencial teórico sobre políticas regionais e o diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto II.2 - Avaliação da eficiência econômica da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário, para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto II.3 - Avaliar a eficácia da aplicação dos recursos do FNO sobre o desenvolvimento setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto II.4 - Avaliar a efetividade da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia;

Produto II.5 – Workshop.

Estruturados da seguinte forma:

Produtos relacionados ao Projeto de Avaliação II		Descrição do Conteúdo
	Relatório parcial II. 1.1	Relatório contendo uma revisão da literatura sobre políticas regionais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local e de redução das desigualdades regionais, com ênfase em fundos de financiamento como instrumentos para o desenvolvimento produtivo, com exaustiva revisão de literatura econômica nacional e internacional acerca dos efeitos do crédito subsidiado sobre a agropecuária.
	Relatório parcial II. 1.2	Relatório contendo um diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos, com recortes municipal, meso e microregional, estadual e regional. Deve-se procurar estabelecer os motivos que levaram à forte expansão do setor agropecuário observada nos últimos anos. Devem

Produto II.1 - Elaboração de referencial teórico sobre políticas regionais e o diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia		ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.
	Relatório final II.1.3	<p>Relatório contendo uma síntese dos relatórios parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. para regiões com características semelhantes aos Estados do Acre, Pará e Rondônia, o que a literatura mostra como experiências exitosas? 2. quais os motivos que levaram o setor agropecuário a ter forte expansão nos Estados do Acre, Pará e Rondônia nos 5 últimos anos? 3. quais aprendizados e sugestões se obtêm a partir da literatura? <p>Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados.</p>
Produto II.2 - Avaliação da eficiência econômica da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário, para os Estados do Acre, Pará e Rondônia.	Relatório parcial II.2.1	Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficiência econômica de políticas públicas, as formas de mensuração da eficiência econômica técnica e alocativa e qual a metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.
	Relatório parcial II.2.2	Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficiência econômica do FNO, sob a ótica técnica e alocativa dos recursos, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia. Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de eficiência. Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.
	Relatório final II.2.3	Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões: 1. a aplicação dos recursos do FNO foi eficiente nesses Estados para o setor agropecuário, considerando aspectos técnicos e alocativos? 2. em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficiente, em termos econômicos, no setor

		agropecuário?; 3. comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficiência? e; 4. sugestões de aprimoramentos na alocação eficiente dos recursos FNO, visando maximizar os resultados. Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados.
Produto II.3 - Avaliar a eficácia da aplicação dos recursos do FNO sobre o desenvolvimento do setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia	Relatório parcial II. 3.1	Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficácia de políticas públicas, as formas de estimação de efeitos da concessão de crédito com recursos do FNO sobre o emprego, renda e outros indicadores que se mostrarem pertinentes. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.
	Relatório parcial II. 3.2	Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficácia do FNO, sob a ótica da geração de renda, emprego e outros indicadores relevantes, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia. Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de eficácia. Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.
	Relatório final II.3.3	Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões: 1. a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi eficaz nesses Estados, principalmente sob a ótica da geração de renda e emprego? 2. em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficaz no setor agropecuário?; 3. comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficácia? e; 4. sugestões de aprimoramentos na alocação eficaz dos recursos FNO, visando maximizar os resultados. Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados

<p>Produto II.4 - Avaliar a efetividade da aplicação dos recursos do FNO no setor agropecuário para os Estados do Acre, Pará e Rondônia.</p>	<p>Relatório parcial II.4.1</p>	<p>Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da efetividade de políticas públicas, os possíveis efeitos de longo prazo esperados na geração de emprego, renda e investimentos com a concessão de crédito subsidiado para o setor produtivo, em especial para o s e t o r agropecuário. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que <u>será</u> utilizado para a avaliação.</p>
	<p>Relatório parcial II.4.2</p>	<p>Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a efetividade do FNO, ao longo do tempo, na elevação da renda, nível de emprego e investimentos, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia. Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de efetividade. Devem ser encaminhados também os gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.</p>
	<p>Relatório final II.4.3</p>	<p>Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi efetiva em gerar efeitos de longo prazo na geração de renda, e m p r e g o e investimento nos Estados analisados? 2. em quais Estados a aplicação de recursos do FNO foi mais efetiva no setor agropecuário e por quais motivos?; 3. comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa efetividade? e; 4. sugestões de aprimoramentos para aumentar a efetividade dos recursos FNO, visando maximizar os efeitos de longo prazo na geração de renda, e m p r e g o e investimentos nesses Estados. <p>Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados.</p>
<p>Produto II.5 - Workshop virtual</p>	<p>Reuniões virtuais para a transferência de conhecimento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados,</p>	

	análise descritiva dos dados e aplicação dos métodos de avaliação utilizados durante todo o trabalho.
--	---

A consultoria contratada deve realizar reuniões mensais de acompanhamento do avanço do trabalho com a equipe da Sudam.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

6.1 A Com base nos produtos definidos, a duração das atividades será de **até 12 (doze) meses**, considerando entregas intermediárias e final, conforme o seguinte cronograma de execução e pagamento:

Produtos	Prazo para a entrega dos resultados	Valor a ser pago (%)
Relatórios Parciais 1 (referenciais teóricos e descrição das metodologias)	Quatro meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.	25
Relatórios Parciais 2 (diagnósticos e resultados da avaliação da eficiência, eficácia e efetividade)	Oito meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.	25
Relatórios Finais (conclusões e respostas às questões de estudo)	Doze meses após a assinatura do instrumento de formalização da contratação da instituição ou empresa.	25
Workshops virtuais	Duração de uma semana após a entrega dos relatórios.	25

6.2. No primeiro dia útil após a assinatura do contrato será considerado iniciado o prazo para execução dos produtos previstos neste Termo de Referência.

6.3. No intuito de garantir o bom acompanhamento do contrato com a qualidade que a SUDAM espera das entregas, deve ser assegurado o prazo de, no mínimo, 10 dias úteis de análise técnica, após a entrega dos produtos, para avaliação e eventual recomendação de ajustes, ou aprovação. Após a primeira revisão dos produtos pela SUDAM, a contratada deverá entregar a versão ajustada em até 10 dias.

6.4. Em caso de aprovação dos produtos pela equipe técnica, os pagamentos serão realizados pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto banco administrador do FNO, utilizando o montante de recursos de que trata o § 6º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, conforme fluxo descrito no item 11 deste Termo de Referência.

7. INSUMOS

7.1. A SUDAM recomenda a análise dos insumos indicados na lista abaixo, sem prejuízo da utilização de outras fontes oficiais para a elaboração das metodologias e execução dos projetos de avaliação.

- BRASIL. Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp124.htm;
- BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm;
- BRASIL. Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022. Dispõe sobre as diretrizes para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-me/mdr-n-4.905-de-22-de-junho-de-2022-409696924>;
- BANCO DA AMAZÔNIA. Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO para 2023. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/component/edocman/plano-de-aplicacao-de-recursos-financeiros-fno-2023/viewdocument/6037>;
- BANCO DA AMAZÔNIA. Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no Exercício de 2021. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/component/edocman/relatorio-circunstanciado-do-fno-2021-2/viewdocument/4962?Itemid=0>;
- BRASIL. Guia Prático de Análise de Políticas Públicas *Ex Ante*. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/view;
- BRASIL. Guia Prático de Análise de Políticas Públicas *Ex Post*. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guiaexpost.pdf/view>

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, somando-se os dias para a realização dos produtos definidos e os dias para a realização de acompanhamento técnico pela SUDAM.

8.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

9. ASPECTOS DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre a SUDAM e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. Caberá à SUDAM a fiscalização, supervisão, avaliação técnica e aprovação final dos produtos desenvolvidos pela contratada no âmbito dos projetos de avaliação. A SUDAM poderá notificar representante da Contratada para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

9.4. Todos os produtos deverão ser enviados separadamente, em formato editável, em processadores de texto ou planilhas eletrônicas, conforme o caso. Os relatórios deverão ser redigidos em português, atentando para o uso da linguagem culta e para as normas gramaticais vigentes, obedecendo a seguinte formatação: formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5 cm, margens 2,5 cm em todas as laterais.

9.5. Tabelas, quadros, gráficos e mapas deverão obedecer às normas de apresentação da ABNT e normas de representação tabular do IBGE. Eles deverão ser numerados, conter títulos completos e autoexplicativos com a indicação das suas respectivas fontes.

9.6. Os produtos deverão ser entregues sob a forma de relatórios em versão preliminar e, após aprovação, em versão definitiva em papel A4 (para parte textual) A3 e A2 (para a parte gráfica) e encaminhados por meio eletrônico. Toda documentação deve ser encaminhada à Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAVI), unidade que representará a SUDAM como coordenadora dos projetos de avaliação.

9.7. Na ocasião da assinatura do contrato, a empresa contratada firmará termo de compromisso de que todos os dados serão tratados dentro do mais absoluto sigilo.

9.8.A SUDAM encaminhará ao Banco da Amazônia S.A. as solicitações de pagamento dos serviços de atividades de avaliação, acompanhadas de notas fiscais ou de outro documento onde conste o registro dos serviços prestados no período, emitidas pela contratada, onde deverá constar o atesto pelo recebimento dos serviços, de autoria do responsável pelo recebimento dos serviços em nome da Superintendência.

9.9. O Banco da Amazônia S.A. realizará os pagamentos no prazo de até cinco dias úteis, contado da data do recebimento das solicitações de pagamento, e a SUDAM deverá ser cientificada da efetivação do pagamento no prazo de até cinco dias úteis, contado da data do pagamento.

9.10.Quaisquer custos com a elaboração dos produtos constantes neste Termo de Referência, sejam eles referentes à aquisição de dados, equipamentos, material de escritório, viagens, fiscais, dentre outros, correrão por conta da Contratada.

9.11;A realização dos trabalhos necessários à execução do objeto deste Termo de Referência se dará nas instalações da Contratada, virtualmente e/ou presencialmente, quando necessário, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado na proposta técnica.

9.12. O contrato iniciará no primeiro dia útil após a data de sua assinatura.

10. ENTREGAS E ANÁLISE DOS PRODUTOS

10.1. A avaliação da execução do objeto, que compreende o fluxo de entrega, análise e pagamento dos produtos, deverá ser desenvolvida conforme as etapas descritas a seguir:

10.1.1. Após o início das atividades, a contratada deverá, nos marcos descritos no item 6 deste Termo de Referência a serem ratificados em contrato, enviar à SUDAM os produtos contratados, com seus anexos e mídias complementares, caso haja.

10.1.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente pela Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAVI), unidade que representará a SUDAM como coordenadora dos projetos de avaliação, que procederá à análise técnica com a emissão de parecer sobre o produto apresentado pela contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa.

10.1.2.1 O parecer emitido deverá informar expressamente o atesto pelo recebimento definitivo do produto ou a sua recusa, apresentando, em ambos os casos, os argumentos técnicos que sustentam o posicionamento da equipe técnica da SUDAM.

10.1.3. Em caso de aceitação do produto pela equipe técnica, a Diretoria Colegiada da SUDAM emitirá resolução autorizando expressamente o pagamento do produto pelo Banco da Amazônia S.A., conforme o cronograma definido no item 6 deste Termo de Referência. Após essa autorização, será encaminhada ao banco uma solicitação formal de pagamento, acompanhada do parecer da equipe técnica e das notas fiscais ou de outro documento onde conste o registro dos serviços prestados no período, emitidas pela contratada. O Banco da Amazônia S.A., deverá realizar os pagamentos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da solicitação.

10.1.4. Em caso de rejeição, no todo ou em parte, do produto, o parecer da equipe técnica responsável deverá indicar de forma clara todas as considerações que levaram à recusa, considerando as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta técnica, de modo a permitir a revisão do produto pela Contratada. O parecer deve necessariamente estar assinado pelo Coordenador-Geral da CGAVI, que será o responsável pelo recebimento dos serviços em nome da SUDAM e encarregado de comunicar à contratada a necessidade de ajustes, a qual deverá realizá-los em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis a critério da SUDAM, mediante justificativa da Contratada.

10.1.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.6. Não será emitido atesto pelo recebimento definitivo do produto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que tenham sido apontadas no parecer de que trata o item 10.1.2.1.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os profissionais responsáveis pela execução dos projetos deverão comprovar experiência na área de avaliação de política pública e titulação acadêmica compatível com a avaliação a ser contratada;

11.2. A contratada deve indicar à SUDAM e manter durante toda a vigência do contrato, profissional capacitado que será responsável pela interlocução com o Órgão, coordenação das reuniões mensais de acompanhamento, entrega dos produtos e da documentação técnica complementar, recebimento de pedidos de ajustes, bem como por esclarecimento de eventuais dúvidas;

11.3. As empresas, instituições ou profissionais contratados, bem como seus colaboradores e quaisquer pessoas que estejam envolvidas no manuseio e armazenamento de informações sigilosas, deverão observar e manter o sigilo de tais informações e utilizá-las unicamente para a consecução do projeto de avaliação objeto da contratação. Após a contratação e antes de dar início às atividades, a contratada deverá apresentar termo de confidencialidade e sigilo assinado, conforme modelo definido pelo Anexo I - Termo de Confidencialidade e Sigilo de Dados e Informações deste Termo de Referência;

11.4. A entrega dos resultados finais dos projetos de avaliação deverá ocorrer antes do final do primeiro semestre de 2024, conforme cronograma de execução descrito no item 6 deste Termo de Referência;

11.5. A contratada deve estar em dia com todas suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como as relativas a tributos federais, estaduais e municipais;

11.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

11.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no percentual de 3% do valor do contrato, em modalidade a ser escolhida pela Contratada. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

11.8. A Contratada deverá realizar a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução do objeto deste Termo de Referência, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da SUDAM;

11.9. Após a contratação e antes de dar início às atividades, a contratada deverá apresentar declaração de que atende aos requisitos jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro, necessários à realização do objeto deste Termo de Referência, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas.

12. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A proposta técnica deverá ser apresentada na forma de Plano de Trabalho, com redação no idioma português, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou sobrescritos. O Plano de Trabalho deve estar datado e assinado na página final pelo representante legal da proponente, rubricadas as demais, e deve contemplar, no mínimo, o roteiro relacionado abaixo:

12.1.1. Descrição detalhada da metodologia a ser utilizada para a consecução de cada produto previsto, justificando a escolha;

12.1.2. Cronograma de execução com prazos definidos;

12.1.3. Proposta Comercial, indicando o valor de cada produto, bem como o valor total do contrato;

12.1.4. Descrição da equipe técnica necessária para a execução de todos os produtos contratados, indicando a quantidade de profissionais e as respectivas formações e titulações acadêmicas compatíveis com a avaliação a ser realizada, bem como as experiências pregressas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência;

12.1.5. Descrição da qualificação técnica da proponente;

12.1.6. Razão social e Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da proponente;

12.1.7. Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

12.1.8. Data de emissão da proposta;

12.1.9. Nome completo, cargo, telefone e e-mail do representante legal da proponente; e

12.1.10. Procuração do representante legal da proponente.

12.2. Cabe à proponente a indicação da metodologia que pretende utilizar, considerando as especificidades/necessidades de cada produto a ser elaborado após a contratação, sendo este um critério a ser avaliado pela equipe técnica da SUDAM quando da avaliação das propostas. A título de referência, e no que couber, as proponentes deverão observar os Guias Práticos de Análise de Políticas Públicas *Ex Ante* e *Ex Post*, citados dentre os Insumos do item 7 deste Termo de Referência.

12.3. A Proposta Comercial de que trata o item 3 deverá ser apresentada com redação em português, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, e identificado com o título "PROPOSTA COMERCIAL". A Proposta deverá ser numerada sequencialmente, datada e assinada na respectiva página final pelo representante legal da proponente, rubricadas as demais.

12.4. Para fins de comprovação da descrição de que trata o item 4, a proponente deverá apresentar, conjuntamente com o Plano de Trabalho, a seguinte documentação de suporte: i) certificados de conclusão (diplomas) do ensino superior, pós-graduação (mestrado, doutorado, especialização, MBA, etc.), conforme o caso; ii) currículos profissionais ou outros documentos como: certificados, publicações de trabalhos realizados; iii) atestados expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado; e iv) outros documentos que julgar relevantes.

12.5. Para fins de comprovação da descrição de que trata o item 5, a proponente deverá apresentar, conjuntamente com o Plano de Trabalho, a seguinte documentação de suporte: i) atestado(s) (um ou mais) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado,

em nome da proponente, que comprove(m) a execução, sem ressalvas quanto à qualidade, de serviços de avaliação de políticas públicas com características técnicas compatíveis ou similares ao objeto deste Termo de Referência; ii) outros documentos que julgar relevantes.

12.6. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado das emitentes e com a identificação do(s) signatário(s), discriminando o serviço de avaliação de políticas públicas executado ou em execução, indicando eventual link de acesso para consulta, caso haja. Cada atestado deverá conter nome da emitente, endereço, e-mail e telefone para contato, ou outra forma que permita à SUDAM estabelecer contato com a atestadora, se necessário.

12.7. As comprovações de experiência da equipe (atestados ou publicações de trabalhos técnicos de acordo com a solicitação acima) só serão aceitas quando em nome do membro da equipe. Para comprovações de experiência da empresa, serão aceitas as comprovações em nome da empresa, de seus sócios ou do responsável técnico da empresa inscrito no respectivo Conselho Regional de Classe.

12.8. A não observância ao roteiro definido acima poderá resultar na rejeição da proposta.

13. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

As propostas serão avaliadas por uma Comissão de Avaliação, Julgamento e Classificação composta por no mínimo por 3 (três) e no máximo por 5 (cinco) membros servidores da SUDAM, a fim de selecionar a vencedora a ser contratada dentre as candidatas licitantes, segundo critérios de melhor técnica e preço. As proponentes habilitadas que obtiverem pontuação técnica mínima igual a 70% do total máximo de pontos estarão classificadas para a segunda fase do certame, qual seja, a avaliação da proposta financeira.

Vencerá a licitante com maior pontuação combinada (baseada em uma distribuição de peso de 50% para a proposta técnica e 50% para o preço).

13.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação das propostas será composta por 04 (quatro) etapas:

- **ETAPA 1 – Avaliação Técnica**
- **ETAPA 2 – Avaliação Financeira**
- **ETAPA 3 – Classificação Final**
- **ETAPA 4 – Habilitação**

13.2.1. Etapa 1 – Avaliação Técnica

As propostas apresentadas serão submetidas à aferição dos itens pontuáveis relativos à capacidade técnica de cada licitante. Será considerada classificada para a avaliação financeira toda proposta que obtiver a Nota Técnica (NT) mínima de 70 (setenta) pontos do total da

pontuação máxima de 100 (cem) pontos. A aferição tomará por base os critérios de avaliação, conforme abaixo:

Crítérios	Pontuação máxima
I. Qualificação e Experiência da Empresa/Instituição	40
II. Qualificação e Experiência da Equipe Técnica	40
III. Adequação da Proposta Técnica (Plano de Trabalho e metodologia)	20
Nota Técnica (NT)	100

A avaliação das propostas será realizada com base nas informações contidas no Plano de Trabalho apresentado, as quais serão comprovadas por meio da documentação de suporte encaminhada conjuntamente com o Plano.

A falta de informações e evidências que comprovem o atendimento aos critérios de avaliação poderá resultar em pontuação nula.

A Comissão de Avaliação se reserva no direito de realizar diligências sempre que necessário, a fim de confirmar informações declaradas pelas proponentes.

PONTUAÇÃO DE CADA CRITÉRIO

I. Qualificação e Experiência da Proponente (obrigatório) [40 pontos]			
Crítérios	Qualificação	Escala de Pontuação	Pontuação máxima
Experiência comprovada relacionada à implementação de projetos semelhantes de avaliação de eficiência, eficácia e retorno econômico e social de políticas públicas	Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por diferentes pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a experiência	2 ponto por experiência (pontuação até três experiências)	6
Experiência comprovada relacionada à implementação de projetos de avaliação de impacto de políticas públicas utilizando métodos considerados no Guia Prático de Análise Ex Post	Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por diferentes pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a experiência	5 pontos por experiência (pontuação até três experiências)	15
Experiência comprovada relacionada à implementação de projetos de avaliação qualitativa de políticas públicas utilizando métodos de pesquisa de campo.	Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por diferentes pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a experiência	5 pontos por experiência (pontuação até três experiências)	15
Experiência comprovada relacionada à implementação de projetos de pesquisa na área de desenvolvimento regional.	Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por diferentes pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a experiência	2 pontos por experiência (pontuação até duas experiências)	4

Total da Qualificação da Proponente	40
--	-----------

II. Qualificação e Experiência da Equipe Técnica - (obrigatório) [40 pontos]				
Profissional	Quantidade mínima	Qualificação		
Coordenador Geral	01	Profissional de nível superior, com titulação mínima de mestrado em área correlata ao objeto deste Termo de Referência, com experiência de trabalho comprovada em coordenação de projetos de avaliação de políticas públicas.		
Equipe Técnica	01	Profissional bacharel em economia, com titulação mínima de mestrado na área objeto deste Termo de Referência.		
	01	Profissional de nível superior, com titulação mínima de mestrado na área de estatística ou métodos econométricos/quantitativos.		
	01	Profissional de nível superior, com titulação mínima de especialista na área de dados e programação		
Consultor Especialista	01	Profissional bacharel em economia, com titulação mínima de doutorado na área objeto deste Termo de Referência, com experiência de trabalho comprovada em realização de projetos de avaliação de políticas públicas.		
Profissional	Quantidade mínima	Experiência	Escala de Pontuação	Pontuação máxima
Coordenador Geral	01	1 - Experiência comprovada relacionada à coordenação de projetos semelhantes de avaliação de eficiência, eficácia e retorno econômico e social de políticas públicas.	1 - 1 ponto por experiência (pontuam até duas experiências)	9
		2 - Experiência comprovada relacionada à coordenação de projetos de avaliação de impacto de políticas públicas.	2 - 2 pontos por experiência (pontuam até duas experiências).	
		3- Experiência comprovada relacionada à coordenação de projetos de avaliação qualitativa de políticas públicas utilizando métodos de pesquisa de campo.	3 - 1 ponto por experiência (pontuam até três experiências).	

Equipe Técnica (bacharel em economia)	01	1 - Experiência comprovada na área de avaliação de políticas públicas.	1 – 2 pontos por experiência (pontuam até duas experiências)	7
		2 - Experiência comprovada na área de desenvolvimento regional.	2- 1 ponto por experiência (pontuam até três experiências).	
Equipe Técnica (mestre em estatística ou métodos econométricos /quantitativos)	01	1 - Experiência comprovada em projetos semelhantes de avaliação de eficiência, eficácia e retorno econômico e social de políticas públicas	1 – 2 pontos por experiência (pontuam até duas experiências)	7
		2 - Experiência comprovada em projetos de avaliação de políticas públicas utilizando métodos de pesquisa de campo ou métodos de estimação de impacto.	2- 1 ponto por experiência (pontuam até três experiências).	
Equipe Técnica (especialista em dados e programação)	01	1 - Experiência comprovada relacionada à coleta, tratamento e análise de dados em projetos semelhantes de avaliação de políticas públicas.	1 – 1 ponto por experiência (pontuam até três experiências)	7
		2 - Experiência comprovada relacionada à coleta, tratamento e análise de dados em projetos de avaliação de impacto de políticas públicas.	2 – 2 pontos por experiência (pontuam até duas experiências)	
Consultor Especialista	01	1 - Experiência comprovada relacionada à realização de projetos semelhantes de avaliação de eficiência, eficácia e retorno econômico e social de políticas públicas.	1 – 1 ponto por experiência (pontuam até duas experiências)	10
		2 - Experiência comprovada relacionada à realização de projetos de avaliação de impacto de políticas públicas.	2 – 2 pontos por experiência (pontuam até duas experiências)	
		3 - Experiência comprovada relacionada à realização de projetos de avaliação qualitativa de políticas públicas utilizando métodos de pesquisa de campo.	3 – 1 ponto por experiência (pontuam até duas experiências)	

		4 - Experiência comprovada relacionada à realização de projetos na área de desenvolvimento regional.	4 – 1 ponto por experiência (pontuam até duas experiências)	
Total da Qualificação da Proponente				40

III. Demonstração do conhecimento do objeto, Programa de Trabalho e Metodologia [20 pontos]	
Projeto 1 - Avaliação de Impacto Econômico e Social do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte nos setores agropecuário, indústria e serviços no Estado do Tocantins	
Critérios Qualificação	Pontuação máxima
1. A licitante apresenta proposta de revisão de literatura, contendo previsão de:	
a) contexto geral do planejamento das políticas com direcionamento espacial de recursos como forma de estimular a economia regional para o caso brasileiro; e	0,68
b) descrição e apontamento do papel do planejamento do FNO para o caso específico do Estado do Tocantins, um espaço que se tornou, nas últimas décadas, uma fronteira de expansão do capital, particularmente nos setores agropecuário, industrial e de serviços.	
Sim ()	
Não ()	
2. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
a) análise descritiva do desempenho do FNO no Estado do Tocantins;	0,69
b) estratificação das aplicações do FNO no Estado do Tocantins, por setor da atividade econômica, divisão territorial e tipologias da PNDR; e	
c) gráficos, tabelas e quadros produzidos, em formato editável, além dos mapas e figuras.	
Sim ()	

Não ()	
3. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de atendimento aos seguintes itens:	
a) A distribuição espacial dos recursos do FNO está aderente às prioridades setoriais e espaciais dos mecanismos de planejamento do FNO? Entende-se como mecanismos de planejamento: Diretrizes e Orientações gerais; Diretrizes e Prioridades; PNDR; PRDA;	0,69
b) Sugestões de propostas de intervenção nos mecanismos de planejamento, com a finalidade de potencializar seus resultados, considerando os setores pesquisados	
Sim ()	
Não ()	
4. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo os resultados da avaliação de impacto das aplicações do FNO, nos setores agropecuário, industrial e de serviços sobre o desempenho das empresas tomadoras, em relação ao PIB, PIB Per capita, número de empregos gerados, remuneração dos trabalhadores e, variáveis sociais como IDH e outros indicadores de pobreza, buscando também inferir sobre as atividades econômicas que apresentaram os melhores desempenhos em relação às aplicações dos recursos do FNO, se baseando em outros trabalhos já desenvolvidos na literatura científica sobre o tema.	0,69
Sim ()	
Não ()	
5. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório detalhado contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação:	0,69
a) o FNO tem sido eficaz e eficiente no crescimento dos setores agropecuário, industrial e de serviços no TO?;	
b) qual o impacto dos setores beneficiados sobre o desenvolvimento do Tocantins?; e	
c) sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional.	

Sim ()	
Não ()	
6. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo a descrição da metodologia a ser utilizada, a seleção dos entrevistados, as perguntas dos questionários a serem realizadas envolvendo temas como características dos financiamentos, a distribuição regional, setorial e municipal dos recursos, os processos e procedimentos para a concessão de empréstimos, inadimplência e a relação com as demais instituições envolvidas na execução do FNO no Tocantins, motivações para tomada de empréstimos, decisões locacionais, entraves e problemas para o desenvolvimento dos negócios, fornecedores, mercados consumidores e de insumos, instrumentos de apoio à atração de estaduais, regionais e municipais que se relacionem ou impactem a distribuição dos recursos do FNO, dentre outras. A seleção dos entrevistados deverá constituir uma amostra representativa das empresas tomadoras do FNO no Estado do Tocantins, de acordo com as tipologias da PNDR, englobando, no mínimo, os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi. Deverão ser entrevistados também gerentes das agências do Banco da Amazônia S.A. ou de outra instituição financeira que opere com recursos do FNO.	0,69
Sim ()	
Não ()	
7. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo os resultados da avaliação qualitativa do FNO, com demonstração das ideias centrais coletadas para cada um dos temas questionados.	0,69
Sim ()	
Não ()	
8. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório detalhado contendo uma síntese das avaliações parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões de avaliação:	
a) qual a percepção dos tomadores de crédito após o acesso aos recursos do FNO?	
b) qual a percepção sobre a melhoria de vida após a tomada de crédito pelo FNO?	
	0,69

c) sugestões de aprimoramentos na alocação dos recursos, visando maximizar os impactos e contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento regional. Na ocasião da entrega do relatório final, deverá ser realizada reunião virtual para apresentação dos resultados encontrados.	
Sim ()	
Não ()	
<p>Projeto 2 - Avaliação da Eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social da aplicação dos recursos do FNO, no setor agropecuário para os Estados do Pará, Rondônia e Acre.</p>	
Critérios Qualificação	Pontuação máxima
9. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo uma revisão da literatura sobre políticas regionais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local e de redução das desigualdades regionais, com ênfase em fundos constitucionais de financiamento como instrumentos para o desenvolvimento produtivo, com exaustiva revisão de literatura econômica nacional e internacional acerca dos efeitos do crédito subsidiado sobre a agropecuária.	0,69
Sim ()	
Não ()	
10. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo um diagnóstico socioeconômico dos Estados do Acre, Pará e Rondônia, considerando pelo menos os últimos 5 anos, com recortes municipal, meso e microrregional, estadual e regional. Deve-se procurar estabelecer os motivos que levaram à forte expansão do setor agropecuário observada nos últimos anos.	0,69
Sim ()	
Não ()	

11. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo uma síntese dos relatórios parciais, buscando apresentar, com base nos resultados obtidos, respostas às seguintes questões:	0,69
a) para regiões com características semelhantes aos Estados do Acre, Pará e Rondônia, o que a literatura mostra como experiências exitosas?	
b) quais os motivos que levaram o setor agropecuário a ter forte expansão nos Estados do Acre, Pará e Rondônia nos 5 últimos anos?	
c) quais aprendizados e sugestões se obtêm a partir da literatura?	
Sim ()	
Não ()	
12. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficiência econômica de políticas públicas, as formas de mensuração da eficiência econômica técnica e alocativa e qual a metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.	0,69
Sim ()	
Não ()	
13. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficiência econômica do FNO, sob a ótica técnica e alocativa dos recursos, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.	0,69
Sim ()	
Não ()	
14. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões:	

a) a aplicação dos recursos do FNO foi eficiente nesses Estados para o setor agropecuário, considerando aspectos técnicos e alocativos?	0,69
b) em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficiente, em termos econômicos, no setor agropecuário?;	
c) comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficiência? e;	
d) sugestões de aprimoramentos na alocação eficiente dos recursos FNO, visando maximizar os resultados.	
Sim ()	
Não ()	
15. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da eficácia de políticas públicas, as formas de estimação de efeitos da concessão de crédito com recursos do FNO sobre o emprego, renda e outros indicadores que se mostrarem pertinentes. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.	0,69
Sim ()	
Não ()	
16. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a eficácia do FNO, sob a ótica da geração de renda, emprego e outros indicadores relevantes, para o setor agropecuário, nos Estados do Acre, Pará e Rondônia. Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de eficácia.	0,69
Sim ()	
Não ()	
17. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório apresentando as conclusões e respostas às seguintes questões:	

a) a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi eficaz nesses estados principalmente sob a ótica da geração de renda e emprego?	0,69
b) em quais Estados e por quais motivos a aplicação de recursos do FNO foi mais eficaz no setor agropecuário?;	
c) comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa eficácia? e;	
d) sugestões de aprimoramentos na alocação eficaz dos recursos FNO, visando maximizar os resultados.	
Sim ()	
Não ()	
18. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório contendo a revisão das principais metodologias utilizadas para a avaliação da efetividade de políticas públicas, os possíveis efeitos de longo prazo esperados na geração de emprego, renda e investimentos com a concessão de crédito subsidiado para o setor produtivo, em especial para o setor agropecuário. Demonstrar qual metodologia que melhor se enquadra no cenário do FNO, para o setor agropecuário. Deve ser demonstrado o painel de dados que será utilizado para a avaliação.	0,69
Sim ()	
Não ()	
19. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Relatório com a análise dos resultados encontrados, mensurando a efetividade do FNO, ao longo do tempo, na elevação da renda, nível de emprego e investimentos, para o setor agropecuário, nos	

Estados do Acre, Pará e Rondônia. Além do relatório, compõe o escopo do produto o compartilhamento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação do método para avaliação de efetividade.	0,69
Sim ()	
Não ()	
20. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
1. a aplicação dos recursos do FNO para o setor agropecuário foi efetiva em gerar efeitos de longo prazo na geração de renda, emprego e investimento nos Estados analisados?	0,69
2. em quais Estados a aplicação de recursos do FNO foi mais efetiva no setor agropecuário e por quais motivos?	
3. comparado com outras políticas públicas de fomento, o FNO apresenta boa efetividade? e;	
4. sugestões de aprimoramentos para aumentar a efetividade dos recursos FNO, visando maximizar os efeitos de longo prazo na geração de renda, emprego e investimentos nesses Estados.	
Sim ()	
Não ()	
21. A licitante apresenta proposta de análise, contendo previsão de:	
Reuniões virtuais para a transferência de conhecimento das rotinas de programação implementadas em software estatístico relativas à estruturação das bases de dados, análise descritiva dos dados e aplicação dos métodos de avaliação utilizados durante todo o trabalho.	0,69
Sim ()	
Não ()	
Itens complementares, do Projeto 2, sobre eficiência, eficácia e efetividade.	
22. A licitante apresenta proposta de metodologia de eficiência considerando um modelo lógico ou teoria do Programa para a política em questão.	
Sim ()	

Não ()	0,69
23. A licitante apresentou proposta de métodos científicos de aferição de eficiência de Políticas Públicas se baseando em outros trabalhos já desenvolvidos na literatura científica sobre o tema	
Sim ()	0,69
Não ()	
24. A metodologia proposta possui indicadores de custo-benefício, onde os custos são aqueles envolvidos nos processos de implementação da política e os benefícios são os valores dos efeitos da intervenção;	
Sim ()	0,69
Não ()	
25. A metodologia proposta possui indicadores de custo-efetividade, onde os custos são aqueles envolvidos nos processos de implementação da política e a efetividade são os efeitos da intervenção em termos físicos;	
Sim ()	0,69
Não ()	
Eficácia:	
26. A licitante apresenta proposta de metodologia de eficácia considerando um modelo lógico ou teoria do Programa para a política em questão.	
Sim ()	0,69
Não ()	
27. A licitante apresentou proposta de métodos científicos de aferição de eficácia de Políticas Públicas se baseando em outros trabalhos já desenvolvidos na literatura científica sobre o tema	
Sim ()	0,69
Não ()	
Efetividade:	

28. A licitante apresenta proposta de metodologia de eficácia considerando um modelo lógico ou teoria do Programa para a política em questão.	
Sim ()	0,69
Não ()	
29. A licitante apresenta proposta de métodos científicos de aferição de eficácia de Políticas Públicas se baseando em outros trabalhos já desenvolvidos na literatura científica sobre o tema.	
Sim ()	0,69
Não ()	
TOTAL	20
Regras para inserção de informações neste tópico:	
Para obter a pontuação do respectivo item do Quadro III, a licitante deverá informar referências bibliográficas que contemplem toda a sua proposta para o item, bem como atender por completo o respectivo item e suas alíneas (quando houver);	
Visando à obtenção de propostas que possuam especificações com base científica e alinhadas ao padrão sugerido pelo governo federal em avaliações de políticas públicas, como referências da literatura serão aceitos o Guia de Análise Ex Post de Políticas Públicas do Governo Federal (Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view), artigos científicos de Qualis no mínimo B1 (Conforme a classificação estabelecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) e livros publicados com International Standard Book Number (ISBN).	
Em relação ao quadro III, a licitante deverá apresentar o detalhamento das atividades propostas, cronograma físico e previsão de alocação da equipe técnica por atividade.	
OBS: Incluir as Referências da literatura que respaldam a metodologia e plano de trabalho propostos	

13.2.2. Etapa 2 – Avaliação Financeira

Será realizada a análise das propostas comerciais de cada proponente classificada, a fim de se verificar a correspondência dos valores em relação às informações prestadas no Plano de Trabalho e estabelecer a pontuação, para que se chegue a uma análise combinada de técnica e preço, com o objetivo de se estabelecer a grade final de classificação e de se conhecer a proponente vencedora.

Para o cálculo da nota da proposta comercial será utilizada a seguinte fórmula:

$$NP = 100 \times (X1/X2)$$

Onde:

NP = Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

A proposta de menor preço terá a nota 100 (cem).

13.2.3. Etapa 3 - Classificação das Propostas

O Resultado Final (RF) é a análise combinada de técnica e preço com o objetivo de se estabelecer a grade final de classificação e de se conhecer a licitante vencedora.

O Resultado Final (RF) será a soma da Nota Técnica Final NT (peso 50%) com a Nota Comercial NP (peso 50%), ou seja:

$$RF = NT \times 0,50 + NP \times 0,50$$

13.2.3.1. Critérios de Desempate

13.2.3.1.1. Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.3.1.1.1. O critério previsto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preço.

13.2.4. Etapa 4 - Habilitação

Para fins de habilitação, deverá a proponente vencedora comprovar os seguintes requisitos:

13.2.4.1. Habilitação jurídica

Se pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Se sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU), ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento de seus administradores;

Se sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.4.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual (ou Distrital) e/ou Municipal (ou Distrital) relativo ao domicílio ou sede da proponente vencedora, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (ou Distrital) e/ou Municipal (ou Distrital) do domicílio ou sede da proponente vencedora;

13.2.4.3. **Habilitação econômico-financeira**

A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da proponente vencedora;
3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pela proponente vencedora de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 924.597,00 (novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais), conforme custos calculados no Estudo Técnico Preliminar.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1.

Para a realização dos pagamentos pelos serviços prestados nos termos deste Termo de Referência, serão utilizados os recursos de que trata o § 6º do art. 20 da Lei n 7.827, de 27 de setembro de 1989, considerando-se os exercícios de 2022 e 2023.

Registramos que em consulta ao Processo nº CUP 59004.001831/2022-25, em resposta aos OFÍCIOS Nº 4/2023-CGAVI/DPLAN e Nº 5/2023-CGAVI/DPLAN, o BASA pelo Ofício GPLAN nº 13/2023 (SEI - 0515001) de 04/05/2023, indicou a estimativa do montante total disponível para Avaliação dos Impactos econômicos e sociais do FNO para 2022 e 2023 conforme quadro abaixo:

Ciclo Avaliativo 2023-2024		
Cálculo § 6º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989	Valores (R\$)	0,01%
Reembolsos 2022 – para utilização em 2023	8.673.070.724,38	867.307,07
Reembolso 2023 (projetado)	10.648.879.918,38	1.064.887,99

Portanto, os dois exercícios que constituem a base de cálculo do percentual de que trata o § 6º do art. 20 da Lei nº 7.827/89, perfazem um total estimado de R\$ 1.932.195,06 (um mil milhão, novecentos e dois mil, cento e noventa e cinco reais e seis centavos) em recursos disponíveis para a contratação do serviço objeto deste Termo de Referência.

Considerando a estimativa do valor da contratação de R\$ 924.597,00 (novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais), conforme custos calculados no Estudo Técnico Preliminar, tem-se que a contratação possui adequação orçamentária face aos recursos do FNO disponíveis para pagamento.

16. OBRIGAÇÕES

16.1. DA CONTRATADA

1. Disponibilizar todos os recursos necessários para obter uma fiel execução dos serviços previstos no objeto da contratação, de forma plena e satisfatória, iniciando e prestando os serviços no prazo estipulado, na forma e nas condições pactuadas, em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas nos termos contratuais e na sua proposta;
2. Qualquer problema que venha a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis mínimos de serviço acordados, deve ser imediatamente comunicado por escrito à SUDAM, que colaborará com a Contratada na busca da melhor solução;
3. Responder pelos danos comprovadamente causados à SUDAM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, inclusive de seus empregados, quando da execução do objeto contratado. A fiscalização ou o acompanhamento da SUDAM não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da Contratada;
4. Manter sigilo quanto às informações fornecidas pela SUDAM e utilizá-las unicamente para os fins da execução do serviço contratado, bem como garantir a inviolabilidade do fluxo de suas comunicações pela rede, salvo por ordem judicial, na forma da lei;
5. Manter sigilo quanto às informações fornecidas pela SUDAM e utilizá-las unicamente para os fins da execução do serviço contratado, bem como garantir a inviolabilidade de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;
6. Fornecer à SUDAM, sempre que solicitado, informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de dados sigilosos fornecidos pela SUDAM;
7. Devolver e eliminar de suas bases de dados, após a realização dos serviços, toda e qualquer informação ou documentos sigilosos porventura encaminhados pela SUDAM para auxiliar na realização dos serviços;
8. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade;
9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a SUDAM;

10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência;
11. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado;
12. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo respectivo objeto contratado, não podendo, em qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas ocorridos na execução do serviço;
13. Executar o objeto previsto na forma descrita neste Termo de Referência e prezar pela eficiência na execução dos serviços, evitando qualquer ocorrência de indisponibilidade, por motivo de imperícia e/ou imprudência de execução da Contratada;
14. Indicar à SUDAM e manter durante toda a vigência do contrato, profissional capacitado que será responsável pela interlocução com o órgão, coordenação das reuniões mensais de acompanhamento, entrega dos produtos e da documentação técnica complementar, recebimento de pedidos de ajustes, bem como por esclarecimento de eventuais dúvidas;
15. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SUDAM;
16. Reforçar ou substituir os seus recursos de pessoal, equipamento e ferramentas, se for constatada a sua inadequação para realizar serviços, às suas expensas;
17. Providenciar a imediata correção das deficiências, devidamente comprovadas, apontadas pela SUDAM quanto à execução dos serviços contratados, sem que isso implique qualquer ônus para a Contratante;
18. Responsabilizar-se pelas despesas com deslocamento, necessários à execução do contrato;
19. Apresentar as Notas Fiscais correspondentes a cada valor, respectivamente por produtos, sob pena de não pagamento; e
20. Aceitar, por parte da SUDAM, em todos os aspectos, a fiscalização no cumprimento do objeto contratado.

DA CONTRATANTE

1. A SUDAM deverá indicar o(s) responsável(is) pela gestão e fiscalização do Contrato;
2. A SUDAM deverá solicitar ao Banco da Amazônia S.A. e disponibilizar à Contratada todas as informações necessárias à execução do serviço contratado;
3. A SUDAM deverá solicitar ao Banco da Amazônia S.A. a efetuação dos pagamentos devidos à Contratada pela adequada prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas neste Termo de Referência; e

4. A SUDAM deverá comunicar, formalmente e em tempo hábil, a Contratada qualquer falha verificada no cumprimento do Contrato.

17. MONITORAMENTO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser monitorado pela CGAVI, unidade que representará a SUDAM como coordenadora dos projetos de avaliação, de forma a assegurar: o cumprimento dos requisitos técnicos contratados; o adequado desempenho da instituição contratada; o atingimento dos marcos / entregas; a realização de pagamentos em conformidade; e o pleno entendimento entre as partes dos papéis e responsabilidades; com fins de que a contratação seja desempenhada satisfatoriamente.

Os seguintes temas podem ser utilizados para medir o desempenho da instituição contratada:

- a) Financeiro – todos os custos devem ser mantidos pelo valor contratado ou reduzidos;
- b) Capacidade de entrega – a instituição contratada deve realmente ser capaz de cumprir o contrato;
- c) Benefícios realizados – os objetivos do contrato devem ser alcançados;
- d) Tempo de resposta – desempenho intelectual/produtivo deve ser satisfatório e atender aos prazos de entrega pactuados;
- e) Qualidade do produto – a instituição contratada deve atender integralmente aos requisitos técnicos em congruência com o contrato, mitigar rejeições de entrega e reclamações de qualquer ordem.
- f) Acessibilidade – deve ter capacidade de resposta às solicitações, observações e *feedback* da SUDAM, viabilizando a adequada verificação e monitoramento do contrato.

Serão realizadas reuniões periódicas (presenciais e/ou por videoconferências), a serem agendadas a critério da SUDAM, para apresentação, por parte da instituição contratada, do entendimento sobre o escopo, do desenvolvimento progressivo do trabalho e do panorama sobre a produção e entrega dos produtos / relatórios. No caso de constatação de mau desempenho pela instituição contratada, caberá à SUDAM reportar prontamente à instituição contratada, documentando a ocorrência.

Caberá à SUDAM notificar o fornecedor e solicitar ações corretivas a serem adotadas em tempo hábil. No caso de um desempenho insatisfatório recorrente, a SUDAM deve novamente fornecer evidência documentada de tal desempenho, incluindo ações corretivas não realizadas/ implementadas pela instituição contratada, para que sejam executadas eventuais penalidades ou outras medidas contratuais cabíveis.

18. DIREITOS AUTORAIS

18.1. Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais (especificações, desenhos, mapas, projetos, originais, arquivos, programas, relatórios e demais documentos), produzidos no âmbito do contrato, devem ser revertidos exclusivamente à SUDAM, sendo entregues antes da data fixada para o fim do contrato.

18.2. O contratado poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa da SUDAM, mesmo depois de encerrado o contrato.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a SUDAM poderá aplicar à Contratada as sanções previstas em contrato.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO FELIPE MELO DA SILVA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:39:17.

RODRIGO PORTUGAL DA COSTA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:54:43.

NAARA JAYZE DE SOUZA SOARES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:39:13.

ADMILSON FERNANDO DE OLIVEIRA MONTEIRO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/09/2023 às 09:37:24.